



Pontes Quinzenal

Revisão quinzenal das mais importantes notícias para o Brasil sobre comércio e desenvolvimento sustentável

Vol. 5 · No. 9 - 14 de junho de 2010

NOTÍCIAS MULTILATERAIS

UE assina acordo sobre banana com países latino-americanos..... 1

Negociações climáticas avançam pouco apesar de atmosfera positiva em Bonn..... 2

NOTÍCIA REGIONAL

Plano agrícola de 2010 promove agricultura de baixo carbono e estocagem..... 3

BREVES REGIONAIS

Brasil reage a ameaça argentina de bloqueio comercial..... 5

Crise europeia retarda produção de energia renovável..... 6

EVENTOS e INFORMAÇÕES ÚTEIS

Fóruns Multilaterais 6

Fóruns Regionais 7

Informações Úteis 7

PONTES é publicado pelo Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD).

Equipe editorial:

Adriana Verdier
Michelle Rattton Sanchez
Manuela Trindade Viana
Daniela Helena Oliveira Godoy

ICTSD é uma organização independente e sem fins lucrativos com sede em Genebra, Suíça, tel: (41-22) 917-8492; fax: 917-8093. Trechos de PONTES Quinzenal podem ser usados em outras publicações se forem citados de forma apropriada. Comentários e sugestões serão bem vindos e podem ser enviados para pontes@ictsd.ch.

Caso deseje cadastrar-se (gratuitamente) em nossa lista de envio do Pontes Quinzenal ou deseje acessar números passados, visite nosso site <http://ictsd.net/news/pontesquinzenal/>.

A produção de PONTES Quinzenal tem sido possível graças ao apoio generoso da Agência suíça para o desenvolvimento.

NOTÍCIAS MULTILATERAIS

UE assina acordo sobre banana com países latino-americanos

Uma das mais longas disputas perante a Organização Mundial do Comércio (OMC) foi encerrada oficialmente em 31 de maio, quando negociadores da União Europeia (UE) e de 11 países latino-americanos assinaram o Acordo de Genebra sobre o Comércio de Banana.

O acordo determina a redução gradual da tarifa aplicada pela UE ao produto, de € 176 para € 114 por tonelada, até 2017. Alguns dos países beneficiários da redução tarifária já gozam de tratamento preferencial por conta de acordos bilaterais com o bloco europeu, como é o caso de Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá e Peru. Às exportações destes países será aplicada tarifa de € 75 por tonelada até 2020, o que também significa uma redução gradual.

Delegados dos países signatários reconheceram que os acordos bilaterais terão maior peso para as reduções tarifárias do que o Acordo de Genebra. Ainda assim, o acordo multilateral possibilitou o término de décadas de controvérsia entre sócios comerciais, uma vez que contém uma cláusula que impõe trégua aos contenciosos em curso – ou que possam surgir – sobre essa matéria.

O acordo terá efeitos retroativos a 15 de dezembro de 2009, quando as negociações de uma solução amigável foram iniciadas na OMC. Dessa forma, os exportadores poderão solicitar a compensação das tarifas pagas em excesso desde aquela data.

De acordo com o Tratado de Lisboa recentemente ratificado pelo bloco europeu, o Acordo de Genebra deverá ser aprovado pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho de Ministros antes de ser inscrito nas listas de concessões da OMC.

Considerando o procedimento usual, a inclusão pode ocorrer até setembro.

Assuntos sistêmicos

Os acordos bilaterais celebrados pela UE com países latino-americanos têm provocado preocupações acerca do possível dano aos produtores menos competitivos de zonas beneficiadas há mais tempo pelo bloco, como os integrantes do Grupo da África, Caribe e Pacífico (ACP).

Os países do ACP e outros latino-americanos têm mantido posições opostas acerca da liberalização comercial de bananas na OMC. Os últimos demandam reduções aceleradas e maiores, enquanto o primeiro grupo busca o contrário. Alguns pontos do Acordo de Genebra têm como objetivo tratar desse impasse, porém os detalhes não foram publicados. Enquanto as Partes discutem essas questões, as informações foram apresentadas apenas ao presidente do grupo de negociações e ao diretor-geral da OMC.

Acordos bilaterais

Os acordos bilaterais conferem à UE um instrumento para incrementar os níveis tarifários em um período determinado, caso um volume estipulado de importações seja ultrapassado. Assim, é criada uma espécie de salvaguarda, que poderá limitar o volume importado ao mercado europeu.

O Equador, principal exportador mundial de banana, atualmente não possui um acordo bilateral com a UE. Analistas apontam para a probabilidade de que o país demande a participação nos benefícios tarifários desfrutados pelos países vizinhos.

O país manteve-se à margem das negociações dos acordos comerciais da UE com a Colômbia e o Peru, pois demandava uma agenda mais ampla para um Acordo de Associação. Para o Equador, temas como migração, cooperação internacional e narcotráfico deveriam ser incluídos na pauta. Tal aspiração não foi realizada nos acordos entre o bloco e os países andinos.

O Acordo de Genebra sobre o Comércio de Banana foi celebrado paralelamente aos acordos da UE com países da América Central, Colômbia e Peru. Estes últimos foram oficializados na cúpula UE-América Latina, realizada em 17 e 18 de maio, em Madri.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Puentes Quincenal*, Vol. 7, N. 11 - 09 jun. 2010.

Negociações climáticas avançam pouco apesar de atmosfera positiva em Bonn

Um clima construtivo caracterizou as reuniões sobre mudanças climáticas que ocorreram em Bonn (Alemanha) de 31 de maio a 11 de junho. Das quatro áreas sobre as quais a negociação se baseia, a mais proeminente visa à obtenção de um novo acordo global para o clima.

No âmbito do Grupo de Trabalho *Ad Hoc* sobre Medidas de Cooperação de Longo Prazo (AWG-LCA, sigla em inglês), que busca um novo acordo global para o clima, os diálogos fundamentaram-se em um novo texto preparado pelo presidente do Grupo, o que significou um começo promissor, segundo diversos delegados e observadores. O presidente do AWG-LCA lançou aos negociadores uma série de perguntas sobre os temas de maior relevância em cada sessão – abordagem, entretanto, considerada superficial por alguns observadores.

O presidente das negociações insistiu que as Partes trabalhassem os pontos sobre os quais incidem suas divergências, ao invés de ficarem repetindo suas posições. Contudo, até o momento, houve pouco progresso nas negociações, e muitos dos temas mais controversos permanecem sem resposta. O presidente do AWG-LCA pretende apresentar um texto mais específico ao final da sessão, o qual será negociado pelas Partes nas duas reuniões anteriores à Conferência das Partes (COP, sigla em inglês), a ser realizada em Cancun (México). Alguns especialistas afirmam que os temas mais sensíveis – tais como propriedade intelectual, medidas de fronteira e setoriais (agricultura e

combustíveis marítimos) – deverão permanecer entre colchetes até a COP.

Ainda não está claro se os negociadores lograrão concluir um acordo abrangente e que apresente obrigações internacionais (*legally binding agreement*) na próxima COP. Também está em debate o formato legal de um eventual acordo substituto ao Protocolo de Quioto.

O governo mexicano pressiona para que as Partes se concentrem na produção de um acordo forte. O clima positivo que prevaleceu em Bonn poderia aumentar o otimismo dos países – principalmente a China e aqueles que compõem a União Europeia (UE), que recentemente afirmaram não esperarem um acordo antes de 2011.

Posição dos EUA dificulta progresso

De acordo com fontes consultadas pelo International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD), os Estados Unidos da América (EUA) apresentaram posicionamentos conservadores em relação à maioria dos temas discutidos em Bonn. Em diversos casos – inclusive nas negociações sobre tecnologia e compromissos de mitigação para países desenvolvidos (PDs) –, a posição defendida pelos EUA impediu o progresso das negociações.

Os EUA também são acusados de bloquear o estabelecimento de um sistema de financiamento, na medida em que insistem que não deve haver nenhum conselho diretivo no fundo para o clima. Em muitos casos, o país continua promovendo os elementos do Acordo de Copenhague, apesar de não haver um consenso sobre tal documento.

Washington também pressiona no sentido de utilizar os instrumentos já existentes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC, sigla em inglês), ao invés de estabelecer novos critérios que aumentem a resposta global. Os EUA insistem que as medidas em matéria de mitigação às mudanças climáticas sejam nacionais, e não internacionais, mesmo que os instrumentos existentes sejam considerados morosos, inadequados e limitados.

Figueres marca presença em Bonn

As negociações de Bonn receberam novo impulso com a presença de Christiana Figueres, ex-negociadora para o clima da Costa Rica, que será eleita em 8 de julho a nova presidente da UNFCCC, posto ocupado por Yvo de Boer.

Figueres afirmou que os governos conseguirão alcançar um acordo climático em Bonn pelo simples motivo de que a humanidade precisa vencer esse desafio e de que não há alternativa a isso.

Tradução de artigo originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest* Vol. 14, No. 21 - 09 jun. 2010.

NOTÍCIA REGIONAL

Plano agrícola de 2010 promove agricultura de baixo carbono e estocagem

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) lançou, em 7 de junho, o Plano Agrícola e Pecuário 2010/2011, um pacote abrangente de incentivos à produção e comercialização de produtos agrícolas no país. Entre as novidades do plano, encontram-se a criação do programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC) e novos estímulos à estocagem de produtos pelo agricultor.

Por meio da implementação do plano, o governo busca reforçar a vocação da produção rural brasileira, de forma a conjugar crescimento econômico, responsabilidade social e respeito ao meio ambiente. Nesse sentido, são objetivos primordiais a geração de empregos, a melhoria das condições para os agricultores – em especial de médio e pequeno portes – e o emprego de tecnologias de produção mais avançadas.

Os recursos estipulados pelo plano para o financiamento da agricultura e da pecuária totalizam R\$ 116 bilhões, o volume mais alto já destinado ao setor no orçamento do governo. Deste valor, R\$ 100 bilhões serão destinados à agricultura empresarial, o que corresponde a um

aumento de 8% em relação ao pacote anterior. Os R\$ 16 bilhões restantes serão direcionados à agricultura familiar. As condições de financiamento previstas devem facilitar o acesso ao crédito, uma vez que os juros cobrados serão inferiores à taxa Selic.

Considerado uma das prioridades do plano, o programa ABC destinará R\$ 2 bilhões para o financiamento de práticas e métodos de produção agrícolas que contribuam para a mitigação das emissões de gases-estufa. Como exemplos, o plano destaca os sistemas de integração entre agricultura, pecuária e floresta; métodos de plantio direto (que não revolvem o solo); e recomposição de áreas de plantio e pastagens degradadas. Para os produtores que desejarem usufruir do programa ABC, o limite individual para financiamento corresponde a R\$ 1 milhão, a taxa de juros de 5,5% ao ano. O prazo de reembolso é de 12 anos.

Segundo o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Wagner Rossi, o ABC constitui um passo importante para que a agricultura contribua com os objetivos nacionais de mitigação das mudanças climáticas. O ministro ponderou sobre a visão geral de que o setor é o vilão das emissões de gases-estufa, o que acredita ser uma crítica limitada. "A agricultura sempre protegeu o meio ambiente, mas agora poderá contribuir significativamente para as metas de Copenhague", afirmou.

Outra frente de apoio contida no plano consiste no Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem. Nesta linha, o produtor receberá incentivos para construir áreas de armazenamento em sua fazenda. A iniciativa tem como finalidade fortalecer a posição dos produtores frente às volatilidades nos mercados, uma vez que poderão aguardar o momento mais favorável para a venda. O setor de etanol deve ser um dos principais beneficiados com este programa, já que enfrenta alto grau de sazonalidade. A linha de financiamento para estocar o produto contará com R\$ 2,4 bilhões (equivalente a aumento de 20%) e a taxa de juros foi reduzida de 11,25% para 9% ao ano.

O volume total destinado à agricultura pelo plano foi reconhecido como uma conquista do setor. A

verba foi incrementada em 256% durante a administração do presidente Luis Inácio Lula da Silva. Contudo, a divisão dos recursos foi alvo de críticas por parte do ex-ministro do Mapa, Reinhold Stephanes. Ele duvida que as verbas e condições para a estocagem de etanol sejam suficientes para combater a volatilidade nos preços do produto. O ex-ministro também considerou insuficiente o fundo destinado ao ABC. "A ideia é muito importante, mas o valor é muito pequeno", avaliou.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Plano Agrícola e Pecuário 2010/2011 (Apresentação). Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/images/MAPA/arquivos_portal/Plano_2010.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2010.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Lula e Rossi lançam Plano Agrícola e Pecuário 2010/2011 na segunda-feira*. (04/06/2010). Disponível em: <http://extranet.agricultura.gov.br/pubacs_cons/lap_detalhe_noticia_cons_web?p_id_publicacao=17476>. Acesso em: 07 jun. 2010.

O Estado de São Paulo. *Agricultura tem o maior financiamento da história*. (08/06/2010). Disponível em: <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100608/not_imp563026,0.php>. Acesso em: 09 jun. 2010.

O Estado de São Paulo. *Ex-ministro critica pontos específicos do pacote agrícola*. (08/06/2010). Disponível em: <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100608/not_imp563027,0.php>. Acesso em: 09 jun. 2010.

BREVES REGIONAIS

Brasil reage a ameaça argentina de bloqueio comercial

A relação comercial entre as duas principais economias da América do Sul tem apresentado focos de tensão recorrentes. Mais recentemente, o secretário de Comércio da Argentina ameaçou bloquear todas as importações de bens alimentícios oriundos do Brasil.

A presidenta argentina, Cristina Fernández de Kirchner, negou que a hipótese mencionada acima esteja sendo considerada e garantiu ao presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, que “não há nenhum bloqueio à importação; tampouco haverá”. Apesar das declarações de Kirchner, empresários brasileiros alegam que, ao menos no nível informal, o bloqueio às importações já teve início.

“A informação que nós recebemos dos empresários brasileiros que comercializam com a Argentina é de que os pedidos dos empresários argentinos foram suspensos, apesar de não existir uma ordem expressa do governo nesse sentido”, afirmou Rubens Barboza, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

As preocupações com relação à possibilidade de um bloqueio comercial surgiram em 23 de abril, quando o secretário de Comércio argentino, Guillermo Moreno, publicou carta em que anunciava que revisaria as compras do exterior, como parte de sua avaliação da competitividade do mercado argentino. O bloqueio foi verbalmente anunciado por Moreno em 6 de maio, com início previsto para 1º de junho.

Cabe destacar que o bloqueio às importações violaria as regras do Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul). O Brasil também é o principal parceiro comercial da Argentina, o que torna uma eventual disputa comercial entre esses dois sócios altamente prejudicial para a economia argentina, além de um fator de complicação das – já tensas – relações internas no âmbito do Mercosul.

A União Europeia (UE) criticou o bloqueio argentino, o qual também afetaria produtores

européus, além dos brasileiros. Juntos, Brasil e UE consomem 45% das exportações argentinas, volume que equivale a US\$ 56 bilhões. Em comunicado recente, o bloco enfatizou que a aplicação de tal embargo violaria os compromissos assumidos pela Argentina no G-20 e na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Segundo o secretário brasileiro de Comércio, Welber Barral, se o Brasil encontrar evidências de que o bloqueio comercial está em vigor, o país pode depositar uma queixa junto à OMC. Posto que o Brasil exporta para o país vizinho aproximadamente US\$ 500 milhões em alimentos – menos de 25% do que importa da Argentina –, não enfrentará dificuldades para retaliar qualquer medida protecionista adotada pelo sócio comercial, sustentou Barral.

Paralelamente, o Mercosul tem figurado recorrentemente entre os temas das campanhas presidenciais, haja vista a aproximação das eleições. A candidata Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (situação), sublinhou em diversas ocasiões a necessidade de fortalecimento do Mercosul. Já o candidato do Partido da Social-Democracia Brasileiro (PSDB), José Serra, alinhado ao posicionamento da Fiesp, tem expressado uma postura mais crítica com relação ao bloco sul-americano, considerando-o um obstáculo aos interesses brasileiros.

Na semana passada, os ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, desembarcaram em Buenos Aires para reunirem-se com suas contrapartes argentinas. Por meio do encontro, os ministros buscam uma forma de atenuar a tensão nas relações comerciais entre os países.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol. 14, No. 20 - 02 jun. 2010.

Crise europeia retarda produção de energia renovável

A crise ocasionada pela dívida na Grécia, associada ao declínio do euro, tem exercido forte pressão sobre os produtores de energia renovável europeus, dependentes de subsídios. Como forma de conter déficits orçamentários, os governos europeus têm recorrido frequentemente à redução dos subsídios.

Além disso, as ações do setor de energia solar sofreram forte queda na Europa. O mesmo ocorreu com as ações de fundos que investem em empresas envolvidas com a produção de fontes alternativas de energia, tais como biocombustíveis, turbinas e energia solar.

Empresas de energia renovável que apenas vendem seus produtos na União Europeia (UE) também enfrentam dificuldades devido à queda da taxa de câmbio do euro, a qual tem a crise grega como sua força-motriz. Essa situação fez com que algumas dessas empresas escolhessem países não-membros da UE para direcionar seus investimentos, tais como China e Estados Unidos da América (EUA).

A isso, soma-se o anúncio do governo espanhol de que deverá reduzir o auxílio financeiro às indústrias de energia renovável já instaladas no país, o que certamente levará à retirada de muitos investidores do setor. O aumento nos preços esperado a partir da adoção dessa medida minaria as expectativas criadas quando do lançamento da iniciativa governamental de promoção à energia solar, segundo a qual o patamar de preço inicialmente anunciado pelo governo seria mantido por 25 anos.

Diante desse contexto, as lideranças europeias têm considerado voltar-se ao hemisfério Sul, com vistas a cumprir a meta do bloco de que, até 2020, 20% de sua energia corresponda a fontes renováveis. O Plano Solar do Mediterrâneo (MSP, sigla em inglês) foi criado com vistas a gerar 20 gigawatts de energia renovável nos países situados ao sul do Mar Mediterrâneo, bem como com o objetivo de construir a infraestrutura necessária para a transferência dessa energia a outras partes da Europa.

No entanto, os custos de infraestrutura associados à transferência de energia pela Europa estão sendo examinados, na medida em que a prioridade dos governos, no momento, consiste em reduzir os gastos. Com efeito, mudar o foco de produção de energia na Europa para a outra margem do Mar Mediterrâneo pode parecer – ao menos no curto prazo – mais custosa para a UE.

Em recente encontro do MSP, o secretário de Estado para Energia da Espanha, Pedro Marín, alertou que a assistência do governo ao Plano será limitada, devido aos custos envolvidos em tais esforços. Marín também sugeriu que consumidores e investidores estrangeiros assumissem uma parcela mais significativa do financiamento de fontes de energia renovável.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Bridges Trade BioRes*, Vol. 10, No. 10 - 31 mai. 2010.

EVENTOS e INFORMAÇÕES ÚTEIS

Fórum Multilateral

OMC

Local: Genebra, Suíça.

Informações:

<http://www.wto.org/meets_public/meets_e.pdf>.

14 e 15 de junho

Reunião do Comitê sobre Acordos Regionais de Comércio

22 de junho

Reunião Especial do Comitê de Barreiras Técnicas ao Comércio

Reunião do Órgão de Solução de Controvérsias

Fóruns Regionais

Mercosul

Informações:

<http://www.mercosur.org.uy/t_ligaenmarco.jsp?title=off&contentid=1739&site=1&channel=secretaria&seccion=3>

14 e 15 de junho

LXXX Reunião Ordinária da Comissão de Comércio do Mercosul

Local: Buenos Aires, Argentina

15 de junho

Reunião Mercosul-Índia

Local: Nova Délhi, Índia

Cepal

Informações:

<<http://www.eclac.org/noticias/calendarioactividades/>>

Local: Santiago, Chile

14 de junho

Conferência: "Implementação das iniciativas *Sustainable United Nations* na América Latina e Caribe

25 de junho

Segunda Conferência Internacional: "Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento nas Regiões Semi-áridas

OCDE

Informações:

<http://www.oecd.org/document/49/0,3343,en_2649_34487_32618737_1_1_1_1,00.html>

15 de junho

Lançamento do Relatório Econômico da OCDE sobre a Coreia

Local: Gwacheon, Coreia

Conferência: "Apresentação do relatório conjunto da OCDE e da FAO sobre Agricultura"

Local: Roma, Itália

16 de junho

Lançamento do Relatório Econômico da OCDE sobre a Holanda

Local: Haia, Holanda

25 a 27 de junho

Reuniões dos líderes do G20 e G-8

Local: Toronto, Canadá

Informações Úteis

Países aprovam proposta para criação de corpo científico sobre biodiversidade

Representantes de diversos países reunidos na cidade de Busan (Coreia do Sul) decidiram pelo estabelecimento de um órgão voltado à mitigação da destruição da fauna e flora mundiais. O novo organismo – denominado Plataforma Intergovernamental de Política Científica sobre Biodiversidade e Serviços de Ecossistemas (IPBES, sigla em inglês) – constituirá o braço científico da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), nos mesmos moldes do Painel Intergovernamental sobre a Mudança do Clima (IPCC, sigla em inglês). A proposta para criação do IPBES deverá ser votada na 65ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro. Se aprovada, será apresentada para confirmação pelo Conselho de Governo e pela Conferência Ministerial Global do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), reuniões que ocorrerão em Nairobi (Quênia), em fevereiro de 2011. A íntegra da notícia (em inglês) pode ser acessada em: <<http://ictsd.org/i/news/biores/77860/>>.

Europa considera rever seu imposto sobre energia

A União Europeia (UE) poderá rever completamente sua tarifa energética, o que reduzirá o preço dos combustíveis renováveis comparativamente às fontes fósseis de energia. O novo imposto, que deverá ser de € 4 a 30 por tonelada de CO₂, poderia contribuir com 4% dos objetivos de redução de emissões da UE. O imposto seria válido de 2013 a 2018. Para mais informações, ver:

<<http://ictsd.org/i/news/bridgesweekly/77697/>>.

IEA realiza seminário sobre inovação e competitividade

O Instituto de Estudos Avançados (IEA) está realizando, até 29 de junho, ciclo de seminários voltado a temáticas relacionadas à inovação e competitividade. Na programação, destaca-se o segundo evento, no qual Marconi Aurélio e Silva tratará da “Formação da indústria de *software* no Brasil e na Índia: ação política de Softex e Nasscom em perspectiva comparada”. Ressalte-se, ainda, o tema do seminário programado para 22 de junho, ocasião em que a consultora econômica Sandra Hollanda abordará “Os novos instrumentos de apoio à inovação: uma avaliação inicial”. Circunscrito às atividades do Observatório da Inovação e Competitividade, o ciclo será composto por cinco seminários, realizados sempre às terças-feiras, das 11h às 12h30, na sala 232 do Departamento de Engenharia de Produção da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). Os eventos também serão transmitidos ao vivo, por meio do *site*: <www.iptv.usp.br>. Para mais informações, ver: <www.observatoriousp.pro.br>.

Estágio na área de mudanças climáticas

A Social Carbon abriu inscrições para o processo seletivo de um estagiário para trabalhar na elaboração de projetos técnicos para o mercado de carbono, de relatórios de sustentabilidade e de inventários de gases de efeito estufa (GEEs) empresariais. Os candidatos devem conhecer bem a área de mercado de carbono e apresentar inglês fluente. O estágio obedecerá regime de 30 horas semanais. Para mais informações, escrever para <silvia@socialcarbon.com>. Para saber mais sobre a empresa, ver: <www.socialcarbon.com>.

Capes e Fundação Carolina oferecem 300 bolsas na Espanha

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e a Fundação Carolina estão com edital aberto para a seleção de até 300 candidatos a bolsas do Programa Estágio de Curta Duração na Espanha. Os benefícios são destinados a professores, pesquisadores e

estudantes de pós-graduação nas modalidades doutorado-sanduíche e pós-doutorado. A avaliação das candidaturas ocorrerá em julho e agosto. Para mais informações, ver: <www.capes.gov.br>, escrever para <cpro@capex.gov.br> ou telefonar para: (61) 2022-6659.